

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## -- CONHECIMENTOS GERAIS --

Linguagem Simples é o nome dado no Brasil a um conjunto de técnicas de redação e de *design* da informação usadas para produzir textos claros para o público-alvo das comunicações oficiais.

Quando falamos em “público-alvo”, estamos tratando especificamente da parcela da população a quem a informação se destina. Uma pessoa pode, por exemplo, redigir um texto para um *site* de câmara municipal com o objetivo de que seja compreendido por cidadãos com ensino médio completo; um folheto sobre malária para uma população ribeirinha de baixa escolaridade; ou, ainda, um estudo legislativo para embasar o trabalho de um deputado. Em qualquer dessas situações, tanto o público como a instituição vão se beneficiar do uso da Linguagem Simples.

Embora no Brasil o termo “Linguagem Simples” tenha prevalecido, o mote da técnica não é exatamente “quanto mais simples, melhor”, mas “quanto mais claro, melhor”. Tendo-se em mente que a clareza, e não a simplicidade, é a meta última da técnica, é possível e desejável usá-la até mesmo para redigir um texto técnico para o público especialista em determinado assunto. Em casos como esse, trocar palavras difíceis por outras mais fáceis não será a primeira preocupação.

A Linguagem Simples vai muito além da escolha de palavras. A técnica engloba diretrizes relacionadas à arquitetura da informação, à estrutura das frases e ao *design*, com o objetivo de reduzir o tempo e a dificuldade para o cérebro processar informações.

Patrícia Roedel. **Manual de linguagem simples**: como planejar, desenvolver e testar textos que funcionam. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2024, p. 13-14 (com adaptações).

Com base nas ideias e nos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue os itens seguintes.

- 1 No primeiro período do segundo parágrafo, o emprego da vírgula imediatamente após ‘público-alvo’ é obrigatório e se justifica pela necessidade de serem separadas duas orações que apresentam o mesmo sujeito.
- 2 Seria mantida a correção gramatical do primeiro período do texto caso o termo “usadas” fosse substituído por **usado**.
- 3 O texto informa que Linguagem Simples é um padrão de linguagem com estruturas linguísticas e palavras próprias que se volta à simplificação dos textos para a completa assimilação do seu conteúdo pelo público a que tais textos se destinam.
- 4 A substituição de “a meta última” (segundo período do terceiro parágrafo) por **a última meta** alteraria o sentido veiculado originalmente no texto e poderia comprometer a coerência textual.
- 5 Segundo o texto, apesar de a Linguagem Simples ir além da mera seleção vocabular, o cuidado com essa seleção varia conforme a complexidade do gênero textual e do público-alvo, indo de importante, passando a secundário, até ser considerado irrelevante.
- 6 Conforme o texto, a clareza é uma das ferramentas usadas na Linguagem Simples com o fim de simplificar os temas tratados nos textos, permitindo-se, assim, que eles sejam plenamente entendidos pela população como um todo.

- 7 No segundo parágrafo, os termos preposicionados “por cidadãos com ensino médio completo” (segundo período) e “do uso da Linguagem Simples” (último período) desempenham a mesma função sintática nas orações em que ocorrem — ambas na voz passiva.
- 8 A forma pronominal “se”, em “vão se beneficiar” (último período do segundo parágrafo), poderia ser corretamente deslocada para imediatamente após a forma verbal infinitiva, da seguinte forma: **vão beneficiar-se**.
- 9 Visto que, no primeiro período do terceiro parágrafo, a locução verbal “tenha prevalecido” corresponde ao tempo pretérito, conclui-se que o verbo da oração principal do período está empregado no presente histórico, em obediência ao paralelismo temporal.

A maior planície alagável do mundo está secando e ficando mais quente a um ritmo acelerado. Em quatro décadas, o pantanal, o menor bioma brasileiro, foi o que mais aqueceu e teve a maior redução na quantidade de chuvas. Essa dupla tendência, de mais calor e de menos pluviosidade, é visível em todos os ecossistemas nacionais — da amazônia, no Norte, que engloba quase metade da área do país, ao pampa, no Rio Grande do Sul, ainda que nesse bioma de forma bem menos perceptível.

Entre 1985 e 2024, a temperatura média no bioma subiu 0,47 °C por década. Em quatro décadas, o aumento acumulado no pantanal chega a quase 1,9 °C. O ritmo de crescimento do aquecimento no pantanal é 60% superior ao calculado no mesmo período para o Brasil como um todo e para os biomas amazônia e cerrado, que abrangem quase três quartos da área nacional. A velocidade de subida dos termômetros no pantanal é ainda cerca do dobro da apresentada na caatinga e na mata atlântica e mais que o triplo da do pampa nos 40 anos analisados.

Marcos Pivetta. **Um pantanal mais quente e seco**. In: Revista Pesquisa FAPESP, 2026, v. 360, p. 45 (com adaptações).

Julgue os próximos itens, referentes ao texto precedente.

- 10 O termo “brasileiro” (segundo período do primeiro parágrafo) desempenha a mesma função sintática dos termos “amazônia” e “cerrado” (terceiro período do segundo parágrafo): o primeiro modifica o nome “bioma”, e os dois últimos, “biomas”.
- 11 O trecho “superior ao calculado no mesmo período” (terceiro período do segundo parágrafo) poderia ser corretamente reescrito como **superior aquele calculado em idêntico período**.
- 12 Predomina, no segundo parágrafo do texto, a tipologia descritiva.
- 13 De acordo com o texto, menor pluviosidade e aumento do calor no pantanal se caracterizam como um processo gradativo.

Novos dados da União Interparlamentar (UIP) e da ONU Mulheres revelam um progresso limitado no alcance da igualdade de gênero na liderança política. A edição de 2025 do mapa **Mulheres na política** mostra que os homens continuam a superar as mulheres em mais de três vezes nas posições executivas e legislativas em todo o mundo.

Globalmente, a presença feminina nos parlamentos subiu apenas 0,3%, alcançando 27,2% em relação ao ano anterior. Já nos ministérios, houve queda de 0,4%. Segundo Sima Bahous, diretora executiva da ONU Mulheres, o progresso não só é lento como há retrocesso em várias partes do mundo. “Trinta anos após a Declaração de Pequim, a promessa de igualdade de gênero na liderança política permanece não cumprida. Não podemos aceitar um mundo onde metade da população seja sistematicamente excluída da tomada de decisões”, frisou.

Bahous também lembrou que cotas, reformas eleitorais e vontade política são soluções para dismantlar barreiras sistêmicas. “O tempo das medidas paliativas acabou. É hora de os governos agirem para assegurar que as mulheres tenham um assento igual em todas as mesas onde o poder é exercido”, destacou.

A presidente da UIP, Tulia Ackson, classificou o ritmo de avanço como “glacial” e ressaltou a urgência de medidas concretas para garantir representação igualitária. O secretário-geral da UIP, Martin Chungong, defendeu o engajamento ativo de homens como parte da solução.

Ainda, o mapa de 2025 mostra que, enquanto as mulheres lideram importantes pastas ligadas a direitos humanos, igualdade de gênero e proteção social, os homens dominam áreas como relações exteriores, orçamento e defesa.

Internet: <onumulheres.org.br> (com adaptações).

Em relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue os seguintes itens.

- 14 As orações ‘para assegurar’ (terceiro período do terceiro parágrafo) e “para garantir representação igualitária” (primeiro período do quarto parágrafo) exercem função adverbial e expressam circunstância de finalidade.
- 15 Estariam mantidos os sentidos e a correção gramatical do texto caso o trecho “Ainda, o mapa de 2025 mostra que” (último parágrafo) fosse assim reescrito: **O mapa de 2025 mostra, ainda, que.**
- 16 É facultativo o emprego do acento indicativo de crase no vocábulo “as” em “superar as mulheres” (segundo período do primeiro parágrafo).
- 17 Infere-se do texto que a UIP defende a proteção masculina às mulheres como medida concreta para a garantia de representação igualitária nos espaços de poder, o que sugere o enraizamento do posicionamento machista na sociedade.
- 18 O ritmo de avanço das medidas para o alcance da igualdade de gênero na liderança política no mundo é considerado desalentador pela autoridade máxima da UIP.
- 19 O vocábulo ‘paliativas’ (segundo período do terceiro parágrafo) poderia ser substituído, sem comprometimento da coerência das ideias do texto, por **protelatórias**.
- 20 No primeiro período do quarto parágrafo, o emprego do termo **presidenta** em vez de “presidente” não só preservaria a correção do texto como também evidenciaria uma opção política de gênero, em consonância com os ideais de maior representatividade das mulheres nas esferas de poder.

Em 1988, ano do centenário da abolição da escravidão no Brasil, foi promulgada a atual Constituição Federal, a primeira a tratar da questão racial e a que tornou o racismo crime inafiançável e imprescritível. Naquele ano de memória e avanço civilizatório, foi feita uma pequena pesquisa sobre racismo. Seus resultados mostravam um cenário contraditório: ao mesmo tempo em que 97% dos entrevistados afirmavam não ter preconceito racial, 98% dos entrevistados diziam conhecer pessoas racistas e ter presenciado situações de discriminação racial. A melhor descrição da situação foi feita anos depois pela historiadora e antropóloga Lilia Moritz Schwarcz: “A conclusão informal é de que todo brasileiro parece se sentir como uma ilha de democracia racial, cercado de racistas por todos os lados.”

Hoje, o debate sobre o racismo cresceu. As cotas raciais são um sucesso social e acadêmico comprovado. Tendem a ser cada vez menos numerosos os que acreditam na democracia racial e cada vez maior o número dos que sabem que o racismo deve ser extirpado.

Entretanto, a tendência de reconhecer mais o racismo não se repete em relação ao machismo. Todos reconhecem que há discriminação contra pretos e pardos, mas não contra as mulheres; todos reconhecem que há racismo, mas não reconhecem que há machismo — embora os mais jovens não se revelem machistas. Todas as gerações negam a discriminação contra as mulheres, apesar de a geração dos que nasceram no novo milênio ser a que menos percebe a discriminação de gênero, tanto mulheres quanto homens. No Brasil de hoje, há uma regra social implícita, segundo a qual ninguém pode deixar de reconhecer o racismo, mas a sociedade não reconhece a discriminação contra a mulher como relevante.

Felipe Nunes. **Brasil no espelho**: um guia para entender o Brasil e os brasileiros. Rio de Janeiro: Globo, 2025, p. 185-186 (com adaptações).

Julgue os próximos itens, relativos ao texto precedente.

- 21 Nos trechos “reconhecem que há discriminação” e “reconhecem que há machismo” (segundo período do terceiro parágrafo), a substituição do segmento “que há” por **a existência de** manteria tanto a correção gramatical quanto o paralelismo sintático no período.
- 22 Infere-se dos resultados da pesquisa realizada em 1988 sobre racismo que os entrevistados implicitamente negavam fazer parte do coletivo a que pertenciam.
- 23 Depreende-se da leitura do texto que a geração dos nascidos no novo milênio é menos afetada pela discriminação de gênero que as demais.
- 24 No trecho “a primeira a tratar da questão racial e a que tornou o racismo crime” (primeiro período do texto), a conjunção “e” liga por adição duas orações adjetivas introduzidas pela preposição “a”.
- 25 No segundo período do segundo parágrafo, o sujeito da oração iniciada pela forma verbal “Tendem” classifica-se sintaticamente como indeterminado.
- 26 Os dois primeiros períodos do segundo parágrafo poderiam ser reescritos em um único período, sem prejuízo da correção gramatical e da coerência do texto, da seguinte forma: **Atualmente, considerando o avanço do debate sobre o racismo, as cotas raciais já são aceitas como um sucesso social e acadêmico.**

Little attention has been devoted to legislation's point of origin — the legislative drafting process. Such commentary as has been offered is essentially technical in nature. However, the relationship between drafter and text is the furthest thing from a technical, value-neutral enterprise.

For example: a question confronted by every drafter and one with obvious ethical and political implications is, "How much is to be left to the drafter's discretion?" Obviously, the drafter who less frequently inquires about the client's desires will have greater latitude to exercise discretion and accordingly can play more of an "advocacy" role in shaping the legislation, a situation which can lead to his or her sidestepping the duty of abiding by a client's decisions concerning the objectives of representation.

But this is not to paint too malevolent a portrait of legislative drafting personnel. They are not a fifth column of subversives who pursue personal advocacy objectives in everything that they do. Indeed, many may even be unaware of their power. They are, though, continually called upon to exercise personal judgment in the performance of their duties. Such judgments are frequently policy judgments, and drafting decisions are often influenced consciously or subconsciously by the advocacy agenda of the individual drafter. The legislative drafter plays a more active role in the process than is generally accorded to the stereotypical scribe, laboring in nameless and faceless obscurity to produce a bill draft.

David Marcello. *The Ethics and Politics of Legislative Drafting*.  
In: *Tulane Law Review*, vol. 70, p. 2437, 1996 (adapted).

About the preceding text, judge the following items.

- 27 The fragment of a sentence "greater latitude to exercise discretion" (second sentence of the second paragraph) can be, without this changing the original meaning of the text, replaced with **greater possibilities to be discreet**.
- 28 In "But this is not to paint too malevolent a portrait" (first sentence of the third paragraph), "this" does not refer to a specific previous word, but to the entire statement made in the second paragraph.
- 29 The text confronts the idea of neutrality of those whose work is to write texts that may become law.
- 30 By using the expressions "'advocacy' role" (second sentence of the second paragraph) and "advocacy agenda" (forth sentence of the third paragraph), the author is referring specifically to people who have a degree in law and work in the legislative branch.
- 31 The main point of the text is to reveal how drafters can deliberately manipulate the drafting process according to their own interests.
- 32 It is correct to conclude from the first paragraph of the text that its author believes that not much has been explored about the true nature of legislative drafters' work, which is not merely technical and impartial.

When conducting a survey on the use of technology in the legislative process, one of the questions I asked was "Has the legislature, as an institution or in part, resisted technology based changes?" I asked this question based on my own experience with the Massachusetts Legislature. I spent 9 years working with legislators and senior staff, and the way they sometimes approached technology was at times comical—at times frightening. My friends and I watched on—and laughed—the first time a laptop computer or an iPhone made its way onto the floor of the Massachusetts House or Senate and the members gathered around it, acting as though they were looking at an artifact that had been dropped from Mars. I also saw an older legislative drafter become befuddled and angry when he was forced to start using the "track changes" and "comment" functions on Microsoft Word rather than marking up a bill with his beloved red pencil.

Sean J. Kealy. *Technology & Legislative Drafting In The United States*.  
Internet: <sites.bu.edu> (adapted).

Judge the following items concerning the previous text.

- 33 The negative way some legislators reacted to technology sometimes scared the author of the text.
- 34 The verb tense used in the survey question presented in the first sentence of the text indicates that there was no specific point in time respondents had to consider in their answers.
- 35 When conducting his survey, the author met an older drafter who did not want to change the way he worked with bills and red pencils.
- 36 In his text, the author shows his skepticism about the use of technology in the legislative process.

*P*: "Maria pagou e não assistiu."

*Q*: "João assistiu sem pagar."

No que concerne às proposições *P* e *Q* apresentadas anteriormente, julgue os itens seguintes.

- 37 A falsidade da proposição "Se *P*, então *Q*" permite que se infira corretamente que João não assistiu.
- 38 A proposição *P* é a negação de "Se Maria pagou, então assistiu."
- 39 A tabela-verdade associada à proposição *Q* tem 8 linhas.
- 40 A negação da proposição *Q* pode ser expressa por "João não assistiu sem pagar."
- 41 A proposição *Q* é a negação de "Se João assistiu, então ele pagou."

**Espaço livre**

Determinada comissão da Câmara dos Deputados é composta por 12 membros, 2 dos quais são do mesmo partido político. A Mesa da comissão é composta por 4 desses membros, que ocupam os cargos de presidente, vice-presidente, 1.º secretário e 2.º secretário, todos com atribuições específicas, que os distinguem entre si e dos demais membros da comissão. Cada cargo deve ser ocupado por apenas um deputado, vedada a acumulação de cargos. Em certo dia de deliberações, todos os deputados dessa comissão que não participam da Mesa se inscreveram para fazer uma fala. A tabela a seguir apresenta a duração, em minutos, dos discursos dos cinco primeiros deputados a realizarem as suas falas.

deputado	duração
1	7
2	4
3	6
4	5
5	8

Com base na situação hipotética precedente, julgue os itens a seguir.

- 42** Considerando-se o tempo médio das falas dos cinco primeiros deputados que discursaram, é correto concluir que, se o sexto deputado levar 7 minutos em seu discurso, a duração média dos discursos aumentará.
- 43** O desvio-padrão dos tempos de fala dos cinco primeiros deputados é superior a 2 minutos.
- 44** É possível compor a Mesa de mais de cinco mil maneiras distintas sem que nela estejam presentes nenhum dos dois membros que são do mesmo partido político.
- 45** Se os cargos da Mesa fossem preenchidos por escolha aleatória entre os membros da comissão, a probabilidade de ambos os membros que são do mesmo partido político integrarem a Mesa seria superior a 10%.
- 46** Se o sexto deputado levar 7 minutos em seu discurso, a mediana da série das durações dos seis primeiros discursos será maior que a mediana da série das durações dos cinco primeiros discursos.

No âmbito da Câmara dos Deputados, foi celebrado, nos termos da legislação aplicável, instrumento de cooperação administrativa para que determinadas atividades administrativas internas de apoio institucional, sem caracterização de delegação de serviço público, até então executadas diretamente por unidades internas do órgão, passassem a ser materialmente executadas por fundação pública federal de direito privado, integrante da administração indireta da União. Não houve transferência da titularidade nem da execução de serviço público em sentido próprio, tendo a Câmara dos Deputados permanecido responsável pela direção funcional, pela definição das diretrizes e pelo controle finalístico da atuação. Promoveu-se a redistribuição interna de competências entre secretarias, diretorias e coordenações já existentes, sem criação de novos órgãos, tendo sido mantida a relação de hierarquia administrativa no âmbito da própria Câmara dos Deputados.

Considerando a situação hipotética apresentada e os conceitos de centralização, descentralização, concentração e desconcentração administrativas, julgue os itens a seguir.

- 47** A redistribuição de competências entre secretarias, diretorias e coordenações da Câmara dos Deputados, realizada no âmbito da mesma pessoa jurídica, sem criação de novos órgãos e com preservação da hierarquia administrativa, configura hipótese de desconcentração administrativa.
- 48** A execução material, por fundação pública federal de direito privado, de atividades-meio administrativas internas da Câmara dos Deputados, sem transferência da titularidade nem da execução de serviço público em sentido próprio, não configura descentralização administrativa.

**Espaço livre**

Julgue os seguintes itens, relativos à administração direta e indireta e às entidades da administração indireta.

- 49** As fundações públicas, independentemente de sua natureza jurídica, submetem-se integralmente ao regime jurídico de direito público no que se refere à aplicação irrestrita das prerrogativas típicas dos bens públicos.
- 50** A administração indireta é composta por pessoas jurídicas com personalidade própria, criadas ou autorizadas por lei, que desempenham atividades administrativas de forma descentralizada, sem subordinação hierárquica ao ente instituidor, estando sujeitas a controle finalístico.
- 51** A criação de empresas públicas e sociedades de economia mista prescinde de autorização legislativa específica se o ente federativo detiver o controle acionário e a entidade atuar em conformidade com o interesse público.

A respeito do ato administrativo, julgue os itens seguintes.

- 52** A revogação, por conveniência e oportunidade, do ato administrativo não pode atingir atos válidos que tenham gerado direitos adquiridos, sob pena de violação à segurança jurídica.
- 53** Os atos administrativos vinculados e discricionários distinguem-se quanto à margem de liberdade conferida à administração na apreciação do motivo e do objeto, sendo ambos igualmente submetidos ao controle de legalidade pelo Poder Judiciário.
- 54** A imperatividade e a autoexecutoriedade são atributos dos atos administrativos, independentemente de sua natureza e de previsão legal.

Maria, servidora pública federal efetiva e estável, ocupante de cargo de analista em órgão da administração direta da União, submetida à Lei n.º 8.112/1990, foi designada, após alguns meses de exercício, para ocupar cargo em comissão no próprio órgão. Posteriormente, requereu licença para tratar de interesses particulares, a qual foi deferida pela autoridade competente, que consignou que o afastamento seria sem remuneração e determinou a exoneração de Maria do cargo em comissão.

Com base na situação hipotética apresentada, julgue os próximos itens, considerando as normas aplicáveis aos agentes públicos constantes na Lei n.º 8.112/1990 e na Constituição Federal.

- 55** A licença para tratar de interesses particulares constitui direito subjetivo de Maria, e sua concessão independe do interesse da administração.
- 56** O período de licença concedido a Maria será computado para fins de aposentadoria da servidora, ainda que não seja considerado tempo de efetivo exercício para outras vantagens funcionais.
- 57** Por determinação legal, o deferimento da licença imporia a exoneração automática de Maria do cargo em comissão por ela ocupado.

No que se refere à responsabilidade civil do Estado e à improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

- 58** O servidor público que, de forma negligente, realiza ordenação de despesa não autorizada em lei, com efetiva perda patrimonial, pratica ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- 59** Em decorrência da teoria do risco administrativo, o Estado possui responsabilidade civil objetiva pelos encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviços contratada pela administração pública.
- 60** A mera voluntariedade do agente não é suficiente para configurar a conduta dolosa de improbidade administrativa, sendo necessária a presença da vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito.

Julgue os itens seguintes, com base nas disposições da Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011), da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n.º 13.709/2018) e da lei que regula o processo administrativo (Lei n.º 9.784/1999).

- 61** No processo administrativo, deve-se observar, entre outros critérios, o de atendimento a fins de interesse geral, permitida a renúncia parcial de poderes ou competências, desde que autorizada por lei.
- 62** As regras previstas na lei que regula o processo administrativo federal não se aplicam ao Poder Legislativo da União, ainda que no desempenho de função administrativa.
- 63** Desde que não seja configurada hipótese de informação classificada como sigilosa ou decorrente de sigilo legal, o direito de acesso aos pareceres jurídicos utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.
- 64** No âmbito do processo administrativo regulado pela Lei n.º 9.784/1999, as sanções podem ter natureza pecuniária ou consistir em obrigação de fazer ou de não fazer.
- 65** É condição para a realização do pedido de acesso a informações a apresentação de exposição de motivos.
- 66** A Lei Geral de Proteção de Dados aplica-se ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente jornalísticos e para fins exclusivos de atividades de repressão a infrações penais.
- 67** A Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), autarquia de natureza especial dotada de autonomia funcional, técnica, decisória, administrativa e financeira, possui competência sancionatória em caso de tratamento de dados realizado em descumprimento à legislação.

Julgue o item subsequente, relativo ao controle da administração pública.

- 68** A sustação, pelo Congresso Nacional, de portaria normativa editada por ministro de Estado, em razão de violação ao princípio da legalidade, configura um tipo de controle legislativo, político e externo da administração pública.

No que diz respeito ao Estado burocrático, ao Estado do bem-estar e a controle social e *accountability*, julgue os itens que se seguem.

- 69** Fundado na profissionalização e na impessoalidade, o Estado burocrático admite disfunções que o afastam das demandas sociais, o que o Estado do bem-estar busca mitigar por meio da universalização de direitos e do fortalecimento do seu caráter prestacional.
- 70** No setor público, *accountability* compreende, além do dever de prestar contas e de transparência dos atos administrativos, a capacidade de imposição de sanções e correções em caso de desvios ou descumprimento de deveres.
- 71** O controle social, como mecanismo de participação da sociedade na gestão pública, restringe-se à etapa de formulação das políticas públicas, visto que a fiscalização da execução orçamentária é competência técnica exclusiva e indelegável dos órgãos de controle externo e interno.

Acerca da gestão por resultados, gestão por competências e redefinição do papel do Estado, julgue os itens subsecutivos.

- 72** A redefinição do papel do Estado assentou a diferença entre atividades exclusivas e serviços não exclusivos; em relação a estes, a reforma do serviço civil priorizou o reforço dos controles de processos em detrimento da autonomia gerencial, como forma de garantir a legalidade na prestação de serviços públicos.
- 73** Na administração pública, a gestão por resultados utiliza a pactuação de desempenho para substituir o controle rígido de processos pela autonomia gerencial, deslocando o foco da fiscalização dos meios para a avaliação do alcance de metas e impactos.
- 74** A identificação de *gaps* de competências é essencial para o planejamento de ações de treinamento e desenvolvimento da equipe, com vistas ao alcance das estratégias organizacionais.
- 75** A avaliação de competências baseada em certificações e títulos acadêmicos mensura o desempenho efetivo do servidor, visto que o conhecimento teórico constitui o pilar central da competência no setor público.

Acerca de comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais, julgue os seguintes itens.

- 76** O envolvimento de atores da sociedade civil e do setor privado nas políticas públicas está relacionado à incorporação da intersetorialidade a essas políticas e confere maior complexidade às redes organizacionais.
- 77** Entre os objetivos da Política Nacional de Linguagem Simples consta a redução da necessidade de intermediários na comunicação entre o poder público e o cidadão.

Julgue os próximos itens, no que diz respeito aos princípios de governança pública, de acordo com o Decreto n.º 9.203/2017.

- 78** Promover a simplificação administrativa pela priorização dos serviços prestados por meio eletrônico insere-se entre os princípios da governança pública expressamente previstos no referido instrumento legal.
- 79** A capacidade de resposta é princípio a ser observado na governança pública.

Em relação a governabilidade e governança, julgue os itens a seguir.

- 80** Governabilidade consiste na capacidade que um governo, de qualquer nível e orientação política, possui para formular e implementar políticas públicas de forma eficiente e efetiva.
- 81** A principal similaridade entre as denominadas nova gestão pública e nova governança pública é a ênfase dada à competição para a provisão de serviços públicos.

No que diz respeito à intermediação de interesses por meio de práticas corporativistas e neocorporativistas, julgue os itens seguintes.

- 82** O corporativismo estrutura-se de forma articulada com as democracias sociais de inspiração keneynsiana, surgidas após a Segunda Guerra Mundial.
- 83** O neocorporativismo caracteriza-se por práticas de concertação social entre capital e trabalho arbitradas pelo Estado.

No que se refere a políticas públicas, julgue os itens subseqüentes.

- 84** Falhas na governança e a ausência de transparência na gestão dos fundos de saúde e educação, por exemplo, criam um ambiente institucional propício à ocorrência de irregularidades financeiras.
- 85** As conferências, os conselhos de políticas públicas e os orçamentos participativos constituem espaços importantes para a concretização do exercício do controle social.
- 86** A abordagem *bottom-up* caracteriza-se pela descentralização do processo decisório e pela construção de estratégias a partir das experiências da base operacional.
- 87** A gestão local pautada na cidadania deve priorizar políticas públicas universalistas e padronizadas, de forma a se evitem ações que atendam às necessidades específicas de determinados grupos, ainda que considerados vulneráveis.
- 88** No Brasil, os conselhos de políticas públicas fortalecem a democracia e a descentralização ao institucionalizarem a participação da sociedade civil nas decisões e no controle da gestão governamental.

Acerca das mudanças institucionais, julgue os itens a seguir.

- 89** Ao adquirir personalidade de direito público, o consórcio se torna uma empresa pública e passa a integrar a administração indireta de todos os entes federativos consorciados.
- 90** Entre as prerrogativas das agências reguladoras, que são autarquias em regime especial, inclui-se a estabilidade de seus dirigentes durante o mandato.

**Espaço livre**